

X LEGISLATURA – 4.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ACTA Nº 24

Aos três dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove, reuniu, pelas 18h00, na sala 4 do Palácio de São Bento, a Subcomissão de Turismo (SCT), sob a Presidência do Sr. Deputado Mendes Bota (PSD). A reunião contou com a presença dos Senhores Deputados constantes da respectiva folha de registo.

Da Ordem do Dia constavam os seguintes pontos:

1. **Audição da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal – AHRESP.**
2. **Continuação da preparação da Conferência.**

No ponto 1 da Ordem do Dia, referente à **Audição da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal – AHRESP**, o Sr. Presidente deu as boas vindas ao Presidente da AHRESP, Comendador Mário Pereira Gonçalves e à delegação: Secretário-Geral, José Manuel Esteves e Secretária-Geral Adjunta, Ana Jacinto. Deu conta do modo de condução dos trabalhos da audição, tendo de imediato passado a palavra à delegação da AHRESP.

O Presidente da AHRESP efectuou um enquadramento do sector, dando conta de diversas dificuldades sentidas, em particular quanto a impostos e contribuições para a Segurança Social. Recordou o facto de o sector HORECA ser a “almofada” do emprego em Portugal. O Secretário-Geral efectuou uma apresentação *power point*¹ e recordou o consenso em Bruxelas para a redução do IVA, não estando Portugal a aproveitar a possibilidade, o que se poderá traduzir em perdas de competitividade, sobretudo face a Espanha. Quanto ao procedimento extra-judicial de conciliação, recordou a disparidade de procedimentos e prazos concedidos pela Segurança Social e pelos serviços fiscais. Deu conta da dificuldade de acesso a apoios do QREN, pelo estrangulamento no recurso ao crédito bancário, a ausência de apoios a fundo perdido nas novas linhas de crédito (gerando problemas concorrenciais com outras linhas de crédito – como o MODCOM² – que têm essa componente). A Secretária-Geral Adjunta deu conta de questões do Código do Trabalho, nomeadamente quanto à necessidade de contratos a termo num sector sazonal, licenças de parentalidade, não garantia de Medicina no Trabalho por parte do SNS, fiscalização promíscua e sem formação adequada por parte, nomeadamente, de ASAE, PSP e GNR. Quanto ao novo enquadramento jurídico dos empreendimentos turísticos, o Presidente da AHRESP deu conta que os estabelecimentos de “alojamento local” deixam de ter acesso a financiamentos para o sector e que a passagem da tutela para as autarquias poderá gerar incapacidade de resposta dos municípios a pedidos de licenciamento. Deu conta do problema das taxas em transacções com meios de pagamento electrónico, o que gera problemas de concorrência. O Secretário-Geral deu, enfim, conta de questões relativas a processos de certificação energética e de medição da qualidade do ar interior.

¹ A apresentação efectuada faz parte do espólio da SC Turismo e pode ser consultada na respectiva página internet: <http://www.parlamento.pt/sites/COM/XLEG/6CAEIDRposRAR/SCTposRAR/Paginas/audicoes2.aspx>.

² Sistema de Incentivos à Modernização do Comércio.

O Sr. Presidente agradeceu as informações prestadas pelo Presidente da AHRESP e pelos restantes membros delegação, e passou a palavra aos Grupos Parlamentares.

A Sra. Deputada Hortense Martins (PS) reflectiu sobre os custos que oneram as empresas, apesar do caminho já percorrido pelo SIMPLEX. Registou as questões levantadas em matéria de fiscalização, medicina no trabalho e enquadramento jurídico dos empreendimentos turísticos; considerou que a certificação energética é importante para o meio ambiente e que poderá, inclusive, contribuir para reduzir os custos de manutenção das empresas; solicitou que, quanto à queixa apresentada à Autoridade da Concorrência sobre os meios de pagamento electrónico, enviassem documentação à Subcomissão (o que foi imediatamente aceite). Enfim, colocou questões sobre os direitos de autor e o Procedimento Extrajudicial de Conciliação.

O Sr. Deputado Nuno da Câmara Pereira (PSD) considerou existir um sobredimensionamento do sector da restauração em Portugal, colocando de seguida questões sobre o acesso ao crédito e a implementação da legislação.

O Sr. Deputado José Soeiro (PCP) considerou estarem a ser acumulados estrangulamentos ao sector da restauração, considerando que o impacto da crise no sector decorre, em grande medida, do défice de rendimento das famílias, e ainda que a Assembleia da República deveria intervir junto da tutela para aumentar a sensibilização para estes problemas.

O Sr. Deputado David Martins (PS) realçou a importância do sector e que a concentração de associados poderia ser benéfica para aumentar a capacidade crítica. Considerou que a crise poderá contribuir para clarificar algumas questões, nomeadamente o sobredimensionamento do sector. Realçou a boa cooperação da AHRESP com o Governo e a Assembleia da República em prol do funcionamento eficaz do sector. Questionou a AHRESP sobre o enquadramento jurídico referente ao alojamento local, nomeadamente a harmonização efectuada.

O Sr. Presidente agradeceu as intervenções e questões colocadas pelos Deputados e passou a palavra à delegação da AHRESP para responder.

Sobre questões de fiscalização, o Secretário-Geral sugeriu que a Subcomissão solicitasse autos da polícia para ilustrar as lacunas de formação. Em matéria de Medicina no Trabalho, considerou ser um custo real para as empresas, apesar do direito constitucional à saúde. Quanto aos direitos de autor, deu conta de se ter alcançado um acordo. A Secretária-Geral Adjunta considerou que a redução de impostos seria uma melhor medida para aumentar a liquidez das empresas, ao invés de promoção do recurso ao financiamento. O Presidente da AHRESP concordou com o sobredimensionamento do sector, mas alertou para o facto de em tempos de crise haver uma tendência para aumentar o número de estabelecimentos.

O Sr. Presidente da Subcomissão considerou que, quanto à dimensão do sector, importa ter em consideração a vocação iminentemente turística de Portugal. Agradeceu, de seguida, as informações transmitidas pela delegação da AHRESP e os esclarecimentos efectuados, assegurando o empenho da Subcomissão de Turismo no acompanhamento do sector.

No ponto 2 da Ordem do Dia, relativo à **Continuação da preparação da Conferência**, o Sr. Presidente deu conta da consensualização efectuada, tendo os Grupos Parlamentares ficado de enviar contributos.

A reunião foi dada por encerrada pelas 20h15, dela se tendo lavrada a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta acta.

Palácio de São Bento, 3 de Fevereiro de 2009.

O PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO



(Mendes Bota)

Nota: Aprovada na reunião de 21 de Julho de 2009.